

Concreta Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ nº 58.846.365/0001-11 – NIRE 3530065538
Ata da Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Horário e Local: 22 de julho de 2025, às 14h00 (quatorze horas), de forma presencial, na sede da Companhia, na Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, sala 01, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. **2. Convocação:** Dispensada a publicação do anúncio e edital de convocação ante o comparecimento de todos os acionistas da Companhia, cujas ações representam a totalidade de seu capital social (faculdade conferida pelo artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76). **3. Presenças (quórum de instalação):** Comparecimento de todos os acionistas da Companhia. **4. Mesa:** Clara Veloso Luciano Pereira – Presidente; Helder Felipe Fonseca Damasceno – Secretário. **5. Ordem do Dia:** **5.1.** Destituição de Diretor e eleição da Diretora Presidente e do Diretor de Compliance e Risco da Companhia; **5.2.** Deliberação acerca da remuneração global anual para os membros da Diretoria; **5.3.** Alteração da denominação da Companhia; **5.4.** Alteração do Objeto Social da Companhia; **5.5.** Alteração dos artigos 1 e 3 do Capítulo I do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações anteriores; e **5.6.** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Discussões e Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, foram aprovadas as seguintes deliberações: **6.1.** Foi destituído do Cargo de Diretor da Companhia o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira** brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 44.214.264 SSP/SP, inscrito no CPF nº 42.435.678-67, residente e domiciliado em Rua Nelson Brissac, nº 611, Parque Regina, São Paulo/SP, CEP 05773-110; **6.1.1.** A diretoria da Companhia será composta por até 3 (três) diretores, sendo eleita, neste ato, a Diretora Presidente, a saber: **(1) Clara Veloso Luciano Pereira**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do documento de identidade RG nº 15.955.872 SSP/MG, inscrita no CPF sob nº 012.720.766-01, com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 21, Sala C, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011. E o Diretor de Compliance e Risco: **(II) Fabricio Alex Magno Barbosa**, brasileiro, casado, advogado, portador do documento de identidade RG nº MG - 13.823.235, inscrito no CPF sob nº 067.489.656-40, com endereço comercial na Alamedas dos Rios, 775 - Alphaville - Nova Lima/MG, CEP 34018-140. **6.1.1.2.** Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não incorrem em nenhuma das hipóteses de vedação ou limitação, ainda que temporária, ao pleno exercício do cargo de diretor ou administrador de sociedades por ações. **6.2.** Após análise e discussão, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, aprovar a fixação da remuneração global anual da Diretoria eleita da Companhia no montante de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). Referido montante compreende a totalidade da remuneração dos membros eleitos para a Diretoria neste ato, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, abrangendo as verbas fixas que lhe forem devidas no exercício social correspondente. **6.3.** A alteração da denominação social da Companhia, que passará a adotar o nome empresarial Concreta Sociedade de Crédito Direto S.A., em substituição à atual denominação CCB 53 Participações S.A., com a consequente modificação do Artigo 1º do Capítulo I do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 1º: A Companhia gira sob a denominação social de Concreta Sociedade de Crédito Direto S.A., e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, sala 01, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP.”** **6.4.** Deliberaram os acionistas, ainda, pela modificação do objeto social da Companhia, com o fim de adequar sua finalidade institucional às novas diretrizes estratégicas da administração. Em razão disso, foi aprovada a alteração do Artigo 3º do Capítulo I do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 3º: A Companhia tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito próprio, emissão de moeda eletrônica (em conta de pagamento pré-paga), outras atividades acessórias expressamente autorizadas pelo Banco Central Brasileiro.”** **6.5.** Ante a alteração acima indicada, decidem os acionistas pela aprovação de nova minuta do Estatuto Social da Companhia, que lida por todos, foi aceita, de modo que o instrumento passará a vigorar com a redação dada no **Anexo I** desta Ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Assembleia, tendo sido lavrada a ata em questão que, após lida e aprovada, por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelo Presidente e Secretário da Assembleia, os quais (i) declararam expressamente que foram atendidos todos os requisitos para a realização da Reunião; e (ii) consolidaram, mediante assinatura na lista de Presença abaixo, o registro dos acionistas que participaram da Assembleia por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Mesa: **Clara Veloso Luciano Pereira**, Presidente; **Helder Felipe Fonseca Damasceno**, Secretário. **ACIONISTAS: Concreta Holding Financeira S.A., Clara Veloso Luciano Pereira - Diretora Presidente.** JUCESP nº 313.226/25-8 em 10/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Art. 1º A Companhia gira sob a denominação Social de **Concreta Sociedade de Crédito Direto S.A.**, e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, sala 01, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. **Parágrafo Único.** Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Art. 2º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Art. 3º** Companhia tem por objeto social a realização de operações de empréstimo, financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, análise de crédito para terceiros, cobrança de crédito próprio, emissão de moeda eletrônica (em conta de pagamento pré-paga), outras atividades acessórias expressamente autorizadas pelo Banco Central Brasileiro. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Art. 4º** A Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. **Parágrafo Segundo.** Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. **Parágrafo Terceiro.** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias da Companhia. **Art. 5º** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Capítulo III. Órgãos da Companhia. Artigo 6º** - A Companhia tem os seguintes órgãos: (I) Assembleia Geral; (II) Diretoria; e (IV) Conselho Fiscal. **Capítulo IV. Assembleia Geral. Art. 7º** A Assembleia Geral reunir-se-á (i) ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76, e (ii) extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral será convocada pelos diretores ou por acionistas ou membros do conselho fiscal, desde que observados os requisitos fixados pelo artigo 123 da Lei nº 6.404/76, sendo considerada regular, independentemente das formalidades de convocação, a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral será instalada e presidida por alguém escolhido entre os presentes, que por sua vez indicará, entre os presentes, um secretário. **Parágrafo Terceiro.** Os acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procurador constituído com especificação dos atos autorizados, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado. **Capítulo V. Administração da Companhia. Art. 8º** A diretoria da Companhia será composta por até 3 (três) diretores, cabendo ao Diretor Presidente, isoladamente, à administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele. **Parágrafo Primeiro.** Fica facultado ao Diretor Presidente, isoladamente, constituir procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. **Parágrafo Segundo.** É defeso aos diretores usarem a denominação social em negócios estranhos à Companhia, especialmente em atos de mera liberalidade em favor de terceiros. **Art. 9º** Quaisquer atos que impliquem alienação ou oneração, a qualquer título, de bens móveis ou imóveis da Companhia Dependerão de autorização prévia e escrita dos acionistas representando a maioria das ações ordinárias da Companhia. **Capítulo VI. Conselho Fiscal. Art. 10º** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VII. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Art. 11º** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. **Parágrafo Único.** Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII. Resultado, Reservas e Dividendos. Art. 12º** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Art. 15º** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII. Liquidação da Companhia. Art. 14º** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á ou extinguir-se-á nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Art. 15º** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas. **Capítulo IX. Disposições Gerais. Art. 16º** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regidos pela legislação aplicável em vigor. **Art. 19º** Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Estatuto Social. São Paulo/SP, 22 de julho de 2025.

Concreta Holding Financeira S.A.

CNPJ nº 58.837.206/0001-50 – NIRE 35300655362
Ata da Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Horário e Local: 22 de julho de 2025, às 14h00 (quatorze horas), de forma presencial, na sede da Companhia, na Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, sala 01, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. **2. Convocação:** Dispensada a publicação do anúncio e edital de convocação ante o comparecimento de todos os acionistas da Companhia, cujas ações representam a totalidade de seu capital social (faculdade conferida pelo artigo 124 parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76). **3. Presenças (quórum de instalação):** Comparecimento de todos acionistas da Companhia. **4. Mesa:** Clara Veloso Luciano Pereira – Presidente Helder Felipe Fonseca Damasceno – Secretário. **5. Ordem do Dia:** **5.1.** Destituição de Diretores e eleição da Diretora Presidente da Companhia; **5.2.** Alteração da denominação da Companhia; **5.3.** Alteração do Objeto Social da Companhia; **5.4.** Alteração das atividades da Companhia; **5.5.** Alteração dos artigos 1 e 3 do Capítulo I do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações anteriores; **5.6.** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. **6. Discussões e Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, foram aprovadas as seguintes deliberações: **6.1.** Foram destituídos dos Cargos de Diretor da Companhia o Sr. **Cristiano Carvalho de Oliveira**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 44.214.264 SSP/SP, inscrito no CPF nº 342.435.678-67, residente e domiciliado em Rua Nelson Brissac, nº 611, Parque Regina, São Paulo/SP, CEP 05773-110, e o Sr. **Bruno Santana Barros**, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 49.062.009-7 SSP/SP, CPF nº 400.136.328-33, residente e domiciliado em Rua Pedra Cavaleiro da Silva, nº 76, Jardim das Oliveiras, São Paulo/SP, CEP 06765-410. **6.1.1.** A diretoria da Companhia será composta por até 3 (três) diretores, sendo eleita, neste ato, a Diretora Presidente, a saber: **(1) Clara Veloso Luciano Pereira**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora do documento de identidade RG nº 15.955.872 SSP/MG, inscrita no CPF sob nº 012.720.766-01, com endereço comercial na Capital do Estado de São Paulo à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 21, Sala C, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011. **6.1.1.2.** A Diretora Presidente ora eleita declara, sob as penas da lei, não incorrer em nenhuma das hipóteses de vedação ou limitação, ainda que temporária, ao pleno exercício do cargo de administrador de sociedades por ações. **6.2.** Foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia, que passará a adotar o nome empresarial Concreta Holding Financeira S.A., em substituição à atual denominação “CCBB 51 Participações S.A.”, com a consequente modificação do Artigo 1º do Capítulo I do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 1º: A Companhia gira sob a denominação social de Concreta Holding Financeira S.A. e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, sala 01, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP.”** **6.3.** Deliberaram os acionistas, ainda, pela modificação do objeto social da Companhia, com a alteração do Artigo 3º do Capítulo I do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 3º A Companhia tem por objeto social a participação em instituições financeiras, como sócia ou acionista, na modalidade holding financeira.”** **6.4.** Ante a alteração acima indicada, decidem os acionistas pela aprovação de nova minuta do Estatuto Social da Companhia, que lida por todos, foi aceita, de modo que o referido instrumento passará a vigorar com a redação dada no **Anexo I** desta ata. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Assembleia, tendo sido lavrada a ata em questão que, após lida e aprovada, por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pelo Presidente e Secretário da Assembleia, os quais (i) declararam expressamente que foram atendidos todos os requisitos para a realização da Assembleia; e (ii) consolidaram, mediante a assinatura na Lista de Presença abaixo, o registro dos acionistas que participaram da Assembleia por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia. Mesa: **Clara Veloso Luciano Pereira**, Presidente; **Helder Felipe Fonseca Damasceno**, Secretário. JUCESP nº 313.225/25-4 em 10/09/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Art. 1º A Companhia gira sob a denominação Social de **Concreta Holding Financeira S.A.**, e tem sede e foro à Rua Afonso Braz, nº 579, Conj. 23, sala 01, Vila Nova Conceição, CEP 04511-011, São Paulo/SP. **Parágrafo Único.** Essa denominação social poderá ser mantida em caso de falecimento de qualquer dos acionistas fundadores. **Art. 2º** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Art. 3º** A Companhia tem por objeto social a participação em instituições financeiras, como sócia ou acionista, na modalidade holding financeira. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Art. 4º** O Capital Social da Companhia, a ser integralizado em moeda nacional, é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro.** A responsabilidade dos acionistas fica limitada ao valor total das ações subscritas ou adquiridas. **Parágrafo Segundo.** Nas deliberações da Companhia caberá a cada ação ordinária o direito a um voto. **Parágrafo Terceiro.** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os acionistas fundadores, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias da Companhia. **Art. 5º** As ações constitutivas do Capital Social serão emitidas com observância da legislação pertinente. **Capítulo III. Administração da Sociedade. Art. 6º** A diretoria da Companhia será composta por até 3 (três) diretores, cabendo ao Diretor Presidente, isoladamente, à administração geral da Companhia e sua representação jurídica, em juízo ou fora dele. **Parágrafo Primeiro.** Fica facultado ao Diretor Presidente, isoladamente, constituir procuradores que poderão representar a Companhia, nos limites constantes do mandato. **Parágrafo Segundo.** É defeso a qualquer diretor usar a denominação social em negócios estranhos a Companhia, especialmente em atos de mera liberalidade em favor de terceiros. **Art. 7º** O Diretor Presidente poderá praticar todos os atos pertinentes à gestão da companhia com os poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigá-la a companhia, abrir movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da companhia autorizando o uso da denominação social e isoladamente. **Art. 8º** Quaisquer atos que impliquem em alienação ou oneração, a qualquer título, de bens móveis ou imóveis da Companhia dependerão de autorização prévia e escrita dos acionistas representando a maioria das ações ordinárias da Companhia. **Capítulo IV. Assembleia Geral. Art. 9º** A Assembleia Geral será convocada e instalada de conformidade com as normas legais, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem a sua realização, com prazo de convocação mínimo de 30 (trinta) dias, através de instrumento escrito ou meio eletrônico. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Art. 10º** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Primeiro.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos. **Capítulo VI. Exercício Social e Demonstrações Financeiras. Art. 11º** O exercício social coincidirá, sempre, com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, quando, anualmente, serão levantados o balanço geral e as demais demonstrações financeiras do exercício, observadas as disposições da Lei 6.404/76. **Parágrafo Único.** Poderá a Companhia, por deliberação da diretoria, levantar balanços intermediários e, com base nos resultados, convocar a assembleia geral para deliberar sobre a distribuição de dividendos, observadas as disposições legais e estatutárias. **Capítulo VII. Resultado, Reservas e Dividendos. Art. 12º** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. **Art. 15º** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão destinados à constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos, e o restante, colocado à disposição da assembleia geral, para deliberação. **Capítulo VIII. Liquidação da Companhia. Art. 14º** A Companhia dissolver-se-á, liquidar-se-á ou extinguir-se-á nos casos legais, ou por determinação da assembleia geral que, nessa hipótese, estabelecerá a forma de liquidação, nomeando o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Art. 15º** A assembleia geral elegerá o Conselho Fiscal para o período de liquidação, se assim desejarem os acionistas. **Capítulo IX. Disposições Gerais. Art. 16º** Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regidos pela legislação aplicável em vigor. **Art. 17º** Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Estatuto Social. São Paulo/SP, 22 de julho de 2025.

Azul S.A.

CNPJ/MF nº 09.305.994/0001-29 – NIRE 35.300.361.130 | Companhia Aberta
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Realizada em 15 de dezembro de 2025, às 14h00, formato híbrido (presencial digital), com votos proferidos eletronicamente, os quais foram arquivados na sede social da Azul S.A. (“Companhia”), localizada na Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatoba, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensado o envio de convocação, nos termos do artigo 17, parágrafo 2º do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** David Gary Neeleman – Presidente; Raphael Linares Felipe – Secretário. **4. Ordem do Dia:** Discutir, examinar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a proposta de orçamento de capital e do plano de negócios para o exercício social de 2026; e (ii) autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação descrita no item acima da ordem do dia. **5. Deliberações:** Instalada a reunião e após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, aprovar: (i) a proposta do orçamento de capital e do plano de negócios para o exercício social de 2026, os quais foram lidos, analisados por todos os presentes e após aprovados, arquivados na sede da Companhia; e (ii) autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da deliberação descrita no item acima. **6. Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. Mesa: David Gary Neeleman – Presidente; e Raphael Linares Felipe – Secretário. Membros do Conselho de Administração presentes: David Gary Neeleman, Sérgio Eraldo de Salles Pinto, Daniella Marques Consentino, José Mario Caprioli dos Santos, Patrick Wayne Quayle, Gilberto de Almeida Penalta, Renata Fisher Rocha Ribeiro, James Jason Grant e Jonathan Seth Zimman. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio, Barueri/SP, 15 de dezembro de 2025. (ass.:) **Raphael Linares Felipe** – Secretário. Junta Comercial do Estado de São Paulo, Certifico o registro sob o nº 3.567/26-6 em 09/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 14/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

